



1 Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação
2 de Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI e Comissão de Enfrentamento
3 a Violência e Exploração Sexual - CEVISS. Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e
4 vinte um, às nove horas e dez minutos, no endereço eletrônico:
5 <https://meet.google.com/eyd-xqux-zvt>, (devido às regras de isolamento social diante da
6 pandemia da covid-19), com a presença dos integrantes da Comissão, que foram
7 orientados a preencher formulário disponibilizado no chat, gerando a em lista em anexo.
8 ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DA CEVISS/CM-PETI. DATA: 20/05/2021- RODA DE
9 CONVERSA EM ALUSÃO AO DIA 18 DE MAIO-TEMA: GARANTIAS DE DIREI-
10 TOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONVIADADOS: DR EVANDRO PEREIRA
11 – JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E IDOSO DE SANTOS, DR. ^a
12 KARLA PEREIRA – DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA DE DEFESA DA MU-
13 LHER, TATIANA DERBEDROSSIAN – CONSELHEIRA TUTELAR, KELLY FER-
14 RACINI – ASSISTENTE SOCIAL – CHEFE DO CREAS ZONA LESTE. Antes do iní-
15 cio da roda de conversa, houve breves informes da Sr.^a Sandra, coordenadora da CM-
16 PETI, sobre os encaminhamentos, todos receberam a ata do mês anterior, sendo que ha-
17 verá assembleia extraordinária no dia 09/06/21 para os preparativos referente aos prepa-
18 rativos do dia 12 de junho em alusão a exploração do trabalho infantil. Um dos encami-
19 nhamentos, retorno são: é que a técnica do AE PETI Marina, ficou de dar devolutiva e
20 buscar a resposta em relação ao ofício endereçado a SEDS sobre os números de trabalho
21 infantil. Ana Rosa da SEVIEP ficou de fazer um calendário para as oficinas ela já fez o
22 calendário em relação a ficha de notificação compulsória que já irá começar no neste mês
23 de maio com a SEDUC. Em relação ao CONSEG, a técnica do AE PETI Marina irá fazer
24 as palestras nos CONSEGS, porém está havendo troca dos presidentes e está aguardando
25 o posicionamento deles. Conseguiram agendar reunião com o inspetor do trabalho, a reu-
26 nião já foi realizada em 04 de maio a respeito da evolução do trabalho infantil, foi criado
27 grupo no WhatsApp ainda nesta data haverá outra reunião para discutir a programação do
28 dia 12 de junho. Ficaram de fazer um levantamento das devolutivas do MP sobre o IML
29 mas até o momento, não tem posicionamento sobre isso. Ainda foi comunicado que no
30 dia 06 de maio a mesa diretora da Câmara Municipal apresentou um projeto de decreto
31 legislativo que vai instituir medida de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) na Câ-
32 mara. Na sequência, a coordenadora da CEVISS Sr. ^a Christiane deu início a programação
33 dando continuidade as atividades em alusão ao dia 18 de maio, a nossa Roda de Conversa
34 com o tema: Garantias de Direitos da Crianças e do Adolescentes. A mesma agradece a
35 presença do Dr. ^o Evandro Pereira, Juiz da Vara da Infância, a Dr. ^a Karla Pereira, Dele-
36 gada Titular da Delegacia da Mulher, Tatiana Conselheira Tutelar da Zona Central e Kelly
37 Ferracini, Assistente Social e Chefe do CREAS da Zona Leste, Dr. ^o Evandro iniciou a
38 fala. O mesmo cumprimenta a todos e agradece o convite para participar da Roda de
39 conversa por ocasião do 18 de maio, e inicia sua fala, relatando as ações que estão sendo
40 desenvolvidas na Vara da Infância em relação a crianças e adolescentes vítimas de vio-
41 lência, a possível criação de um Centro de Referência de Diagnóstico, encaminhamento,
42 tratamento e acompanhamento. E que em Santos na Vara da Infância se deu através da
43 Portaria 01/2021, a corregedoria de justiça no ano de 2020, passou aos juízes da infância



44 das comarcas finais, maiores como Santos, a incumbência de organizar uma comissão
45 Intersetorial de toda a rede para discutir fluxos e a resolução do CMJ a respeito dessa
46 matéria. O CMJ e o CMDCA de Santos, resolução 318/18 do CMDCA e 299 (ficou na
47 dúvida quanto ao número da resolução) do CMJ que confluem na proposta de criação nas
48 comarcas maiores de Centro de Defesa de Direitos de Crianças a essa determinação da
49 corregedoria e nomeou a assistente social do judiciário a Sr.^a Rosângela para junto com
50 técnicos do governo de diversas áreas, CMDCA e fez questão de convidar a CEVISS
51 também convidamos a Dr.^a Karla, através da Seccional, convidou ainda Ordem dos Ad-
52 vogados do Brasil OAB, o Ministério Público e a Defensoria Pública, para montar essa
53 comissão e se reunirem livremente para discutir propostas de encaminhamentos e de
54 melhoramento do nosso fluxo de atendimento e implantação dessa resolução do CMJ,
55 evidentemente sem nenhuma intenção de atropelar o poder legislativo e o órgão delibera-
56 tivo de políticas públicas municipais que é o CMDCA, são propostas. Por conta da nova
57 lei do depoimento especial, houve uma revolução no atendimento desses casos e o fluxo
58 ficou atrapalhado e devemos caminhar e abandonar as velhas práticas, isso é um processo,
59 não é instantâneo porque as práticas são muito arraigadas e adotar as novas políticas na
60 questão da escuta especializada e do depoimento especial no Centro de Referência de
61 Acompanhamento Intersetorial. O mesmo espera que essa comissão, possa discutir em
62 alto nível e levar propostas para os seus órgãos internamente e também para o governo
63 Municipal, bem como para o CDMA no intuito de melhorar e aprimorar o fluxo. Ressalta
64 a importância de estar juntos nessas formulações porque isso vai ser muito importante
65 daqui para frente no melhor atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência.
66 Essa fala, foi sua contribuição na roda de conversa. Em seguida a Sr.^a Sandra dirigiu uma
67 pergunta ao Juiz em relação ao artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
68 sobre a importância da medida cautelar que é pouco usada e a quem compete a aplicação
69 para o afastamento do agressor. O mesmo respondeu poderá haver concorrência judicial,
70 pode ser do juiz da infância ou criminal; que a lei do depoimento especial fixa um juizado
71 que não está em Santos, juizado dos crimes contra crianças, em São Paulo que é o Santos,
72 setor de crimes contra crianças, idosos, deficientes, violência doméstica e tráfico interna-
73 cional de mulheres, não temos juizado da lei. Ele pensa que não dá para dificultar o acesso
74 à justiça ter duplicidade e a revitimização, tem que haver comunicação com outras varas
75 para não haver duplicidade. Em relação ao Artigo 130 o Conselho Tutelar pode pedir
76 família e solicitar a medida junto ao Ministério Público da infância, com embasamento
77 técnico e ouvida a família, que foi estudo, que cessa a violência e que garante a autonomia
78 das partes envolvidas, que de fato é pouco usada essa medida, mas há muitas ressalvas
79 nos casos concretos. Na continuidade a palavra foi dada a Delegada Dr.^a Karla, pontuou a
80 que acha interessante a proximidade como disse o juiz, entre os órgãos como Conselho
81 Tutelar, Vara da Infância, CREAS e Delegacia, por que há uma atuação na defesa dos
82 Direitos da Criança e as vezes falta essa comunicação e acarreta prejuízos e causa possi-
83 velmente uma revitimização, a lei é algo maravilhoso, mas ainda está confuso de se tra-
84 balhar então interessante a proximidade para ajustar o fluxo de atendimento. A Sr.^a Ra-
85 quel fez uma indagação a qual foi respondida sua questão. A Sr.^a Christiane segue na



86 pergunta para a delegada, se a DDM de Santos tem uma equipe específica e capacitada
87 para atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual? Segundo a delegada os
88 policiais estão em constante capacitação pela academia de polícia e afirma ter um quadro
89 especializado e capacitado para o atendimento a crianças e mulheres vítimas de violência
90 doméstica e sexual. A Sr. ^a Christiane insiste na pergunta se tem alguém mais preparado
91 para fazer o acolhimento na chegada da criança, da vítima que é um momento difícil e de
92 forma mais humanizada. A delegada reafirma que há e por isso é uma especializada, que
93 o atendimento é feito de uma forma mais humanizada e na acolhida para crianças e tem
94 até um espaço brinquedoteca, e tentam na medida do possível deixar a criança mais con-
95 fortável, pontua que seria interessante se houvesse apoio de uma equipe multidisciplinar
96 e reforça que através dos cursos, os profissionais fazem esse acolhimento. Dr. ^a Flávia
97 traz questões ilustrativas para elucidar dúvidas, para os que estão ouvindo sobre as me-
98 didas protetivas; são pedidas por quem? Pela delegada? Ela concede? Ela encaminha?
99 Que numa situação de risco, prazo como é feito o encaminhamento? Se é preciso fazer o
100 boletim de ocorrência para receber as medidas protetivas em relação ao agressor e em
101 favor da vítima e se não no BO inicial não houver situação de violência que não necessita
102 de medida protetiva, pode de pedir depois durante o curso da investigação? O delegado
103 faz a guia de exame de corpo de delito? Os hospitais se comunicam com a delegacia? Há
104 um relatório? A saúde tem uma interligação com a delegacia? Em relação a crianças e
105 adolescentes ele precisa estar presente na delegacia enquanto vítima e um adolescente de
106 15 e 16 anos ou pode ir sozinho na delegacia? A delegada responde que a delegacia é a
107 primeira garantidora de direitos e é feito um boletim de ocorrência daquilo que está sendo
108 levado; para evitar a revitimização daquela criança, normalmente houve o representante
109 ou responsáveis, CT, para quem foi relatado a violência, que pode ser de diversas ordens
110 e relata antigamente não existia a lei de depoimento especial e repetia a história, para que
111 a criança não fique revivendo o tipo de violência que passou, normalmente se ouve uma
112 vez só e raramente se ouve numa segunda vez e é registrado. A delegacia pode sim e tem
113 o dever de requisitar ao juiz o afastamento do agressor do lar, pode pedir a prisão preven-
114 tiva do agressor enfim, o primeiro órgão a garantir a segurança a proteção da criança,
115 também e aciona o conselho tutelar para acompanhar a família. Se for não pedir a medida
116 de proteção momento ela pode voltar, não tem um prazo fixo, mas fazem um comparativo
117 com a Lei Maria da Penha, com prazo de até 48h para o juiz analisar, mas na prática se é
118 pedida imediatamente assim que é feito o registro que está estabelecido no art. 21 da Lei
119 Depoimento Especial, mas durante a investigação, ela pode voltar a delegacia e pleitear
120 as medidas protetivas. Em relação ao adolescente ir sozinho, se tem a prática de ouvir o
121 maior, o representante para evitar que se ouça novamente a pessoa para quem se confi-
122 denciou a violência. Em relação guia de IML a requisição de Exame de Corpo de Delito,
123 a guia é emitida pela delegacia e caso já tenha passado alguns dias e não há marcas de
124 agressão, mas a vítima procurou um serviço da saúde, a delegacia oficia o hospital pe-
125 dindo a ficha médica que serve como prova. Segue a Sr. ^a Ângela Maria com pergunta ao
126 juiz em relação escola faz reunião de rede quando ocorre a questão do abuso sexual e



127exploração sexual ficam surpresos com casos no mesmo território questão cultural, o ser-
128viço se mobiliza, dá suporte, contudo não vê resultado da parte jurídica, não se vê as
129pessoas sendo penalizadas, ela gostaria de saber como funciona e como agir em questões
130específicas. O juiz num local privilegiado e presencia situação de violência numerosas,
131tem casos que não são acompanhados e nem deliberados por não chegar aos órgãos de
132justice, Conselho Tutelar, Delegacia, enfim não tem um tratamento e acompanhamento
133da rede e da ineficácia do sistema de justiça e é um desafio para o sistema de garantia, é
134uma luta diária e utilizar os canais de denúncias e se manter firme na luta para a garantia
135de direitos e ação educativas. Ressaltou a importância do trabalho do NIA na prevenção
136e a longo prazo, seria interessante ver os números, o Estado está mais enfraquecido, foi
137construído um ECA, e várias legislação que vem preconizando os serviços. Na sequência
138Edmir faz uma fala cumprimentando a todos e comenta que o CMDCA e a CEVISS e
139CMPETI encaminharam ao executivo as precariedades e sobre a questão do IML pontuou
140para a delegada, se acarreta prejuízos para a garantia de direitos, ela responde que na
141prática não tem acarretado prejuízos, em relação a logística não tem informação sobre a
142família não ir ao IML. A Sr. ^a Sandra pontua de somar esforços para não sobrecarregar
143também o IML de Praia Grande e evitar a revitimização. A delegada pontua que a situação
144está sendo tratada pela Seccional e a Sr. ^a Flávia pontua o artigo 18 da Lei do ILM ou
145serviço credenciado mais próximo, esse GT que vai tratar dessa lei vai facilitar enquanto
146não há um protocolo implantado vai facilitar os princípios constitucionais. Mayara pontua
147questões da exploração sexual até por conta da escola e ela é referência no CREAS e a
148escola da visibilidade para esses casos. Falou sobre a fala da criação do Centro de Refe-
149rência e que o MP firmou um TAC com o NIA para dar conta, já tem o CREAS, a equipe
150de abordagem e a intervenção do MP e do CCJ para olhar para essa demanda, o Estado
151vai criando desinvestimento para dar conta dessa problemática, como o tema estava fo-
152cado na política de AS e não em fiscalização. Enfim muito focada na política de AS em
153territórios tão vulneráveis, como o judiciário poderia apertar o executivo para investir em
154ações mais efetivas e menos punitivas contra as famílias. O juiz faz o contraponto das
155questões apontadas levando em consideração as críticas da AS, uma relação do jurídico e
156tem que analisar o contexto. Para a delegada, tem uma questão do poder paralelo no ter-
157ritório rede de aliciamento conectada com o tráfico, como se dá a investigação dos adultos
158no processo de aliciamento. Delegada responde que tem investigação de campo e teste-
159munhas e responsáveis para fazer a apuração, quando há denúncias com dados completos
160para realizar a investigação. Não precisa BO para iniciar a investigação. A Sr. ^a Christiane
161pontua sobre a questão do NIA e da participação das demais políticas públicas necessárias
162para dar conta das violações. A Sr. ^a Raquel questiona se no cenário pandêmico facilita a
163questão da violência intrafamiliar e extrafamiliar, como estão as situações de violência
164sexual nas delegacias e as subnotificações se houve aumento da demanda. A delegada
165coloca que os dados são fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública, que ampliou os
166canais de denúncia. Isto foi um grande avanço também que podem ser registrados pela
167internet, porém estupros e homicídios só podem ser feitos pela presencialmente. Isso fa-
168cilitou bastante e foi um grande avanço e que está tendo um retorno muito grande desses



169boletins eletrônicos. O caso é apurado da mesma maneira como presencial. Em relação
170IML quando há alguma dificuldade de chegar até Praia Grande a rede falha no atendi-
171mento a família e os Conselheiros Tutelares de Praia Grande também apontam dificulda-
172des e negativas. A delegada agradece a questão e informa que qualquer tipo de ocorrência
173se reporta a administração e eles estão analisando e resolvendo. A Sr. ^a Kelly ressaltou a
174importância dos trabalhos da rede e fez uma saudação aos trabalhadores da rede no tra-
175balho na pandemia. Colocou que está atuando como chefe no CREAS da ZL e na ZN a
176assistente social Bárbara, diante do CREAS enquanto referência territorial o CREAS ZL
177com parte do Centro Orla e Área Continental e ZN com morros e outros territórios do
178Jardim São Manoel e o impacto das condições de moradia que impactam nas questões
179sociais. Enquanto CREAS faz o atendimento das famílias que sofreram algum tipo de
180violação dentro do território dentro dos serviços, as equipes do PAEFI, Medidas Sócio
181Educativas e Serviço de Abordagem e especificamente na ZL uma equipe de Serviço
182Especializado de Idoso e Pessoa com Deficiência a gente vem numa discussão dos
183CREAS de trabalhar na questão dos diagnósticos territoriais, ressaltou as discussões se-
184manais com o judiciário e a importância da aproximação dos trabalhadores sociais nos
185territórios, pois a maioria dos CRAS encontram-se no território da ZN. Expôs que o tra-
186balho do CREAS não fechou, atende os plantões de porta aberta para receber os casos,
187para darem conta de realizar esses atendimentos na que antes era o horário das 8:00h as
18817:00h horas permanecemos com esse trabalho fazendo esses atendimentos das 9:00h as
18915:00h, via telefone e via remoto as equipes presenciais atendem no plantão. Então as
190nossas portas de entradas elas são de acordo com a necessidade do observador da violação
191de direito. A partir disso se faz o atendimento e os encaminhamentos, para as equipes
192interdisciplinares que contam com psicólogos, assistentes sociais, operadores sociais e
193um advogado. Para trabalhar as questões que são complexas e demandam estudos. O ano
194de 2020 tem uma avaliação da vigilância socioassistencial, que fez esse trabalho quantos
195os nossos bancos dados de entrada, percebe-se que houve o momento do recebimento
196principalmente nos períodos das flexibilizações na então período que tinha uma restrição
197estarem na rua ficarem mais na quarentena, a partir do momento que tem uma explosão
198de casos e chegando de vários lugares é uma proposta das equipes e das chefias que ob-
199serve 2020 pensando também em como organizar no trabalho. Que ela tem feito o acom-
200panhamento até delegacia porque as pessoas estão fragilizadas e por que elas se sentem
201mais acolhidas com a presença do profissional. Aponta como maior parceiro na rede é o
202PAIVAS, que existe protocolo que foi discutido em município em 2018 e um fluxo.
203Apontou a dificuldade em relação ao IML que está na Praia Grande, que dificulta, pois
204tem horários para o atendimento, na medida do possível faz esse acompanhamento das
205famílias. Na sequência a Sr. ^a Marina que representa o PETI no programa de erradicação
206do trabalho infantil cita que a exploração sexual é considerada uma das piores formas de
207trabalho infantil e o Peti atualmente é um programa de gestão que articula diversos setores
208para enfrentamento trabalho infantil pensando que é uma questão complexa que envolve
209estruturas sociais que a desigualdade o racismo a questão de gênero que também ressalta



210a importância da sociedade engajada no enfrentamento. Falou sobre o eixo da responsa-
211bilização que visa articular diretamente a segurança pública, o judiciário, ministério pú-
212blico para fazer ações de apoio a responsabilização de redes criminosas que se utilizam
213de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nessa perspectiva tipo de ex-
214ploração sexual. Dando coro aos profissionais da rede do território do Jardim São Manoel
215que ao longo de um resgate histórico do acompanhamento das famílias em vários territó-
216rios e que é a rede consegue trazer a luz situações de exploração sexual ao longo dos anos.
217E para sermos provocados citou a plataforma chamada Smartlab que é um Observatório
218de prevenção e erradicação do trabalho infantil e recentemente eles lançaram dentro desse
219Observatório (exploração sexual de crianças e adolescentes) trazem dados dos Municípios
220e em relação a Santos não há dados. Marina também falou sobre o tipo de acolhimento,
221humanização do atendimento na delegacia, pois enquanto trabalhadora do CREAS houve
222várias reclamações. A delegada coloca afirma que a polícia atua quando tem conheci-
223mento dos fatos, tem que haver denúncia para que se possa investigar, inclusive já citou
224a ampliação dos canais de denúncias; quanto aos atendimentos na delegacia, recebem
225elogios e não chegou ao conhecimento da mesma qualquer tipo de reclamação, pelo con-
226trário tem tido elogios de algumas vítimas que retornaram para agradecer. E pelo contrá-
227rio, que há reclamação o mau atendimento em outros órgãos isso é muito comum também.
228Caso tenha acontecido algo com relação ao entendimento fazer a denúncia para que possa
229identificar o funcionário e corrigir o problema, porque se preza um tratamento humani-
230zado. Seguindo com a fala da técnica do NIA, que o mesmo vem buscando sua identidade
231e não sobrepor o atendimento que é da Assistência Social e fortalecer o SUAS. Pontua
232que a Assistência Social não faz nada sozinha, que as demais políticas têm que estarem
233envolvidas e cita as dificuldades na identificação dos casos de exploração sexual comer-
234cial de crianças e adolescentes, que é uma questão nacional e que temos apontado também
235ao Ministério Público, a importância do envolvimento da Segurança Pública para as in-
236vestigações, inclusive através das redes sociais. Após a palavra para a Conselheira Tutelar
237Tatiana do Centro, que enquanto resolvia problemas técnicos a Dr^a Flávia indagou Kelly
238em relação ao PAIVAS que é um grande parceiro, que essa fala incomoda ao coletivo da
239CEVISS, pois não é o que ocorre na prática, é sabido houve, um desmonte, um segundo
240fluxo, o PAIVAS foi muito questionamento em relação funcionamento do serviço, não
241havia equipe multidisciplinar, porque não é isso que sentimos não é isso que se presencia
242na prática então assim é sabido que eu desmonte do fluxo de atendimento as crianças
243vítimas de violência sexual, existia muitas dúvidas quanto ao agendamento psicólogo,
244profissional então Isso mudou? Kelly fez as suas considerações quanto ao fluxo e sobre
245as discussões de casos entre técnicos, que sempre há retorno, que discutem os encami-
246nhamentos para a família, mas não poderia citar a estrutura do serviço da saúde. Finali-
247zamos com a Conselheira Tutelar Tatiana da Zona Central, anteriormente atendia na Zona
248Leste está na segunda gestão. Os casos são relevantes e gostaria de deixar uma frase: a
249unidade da rede de atendimento fortalece a proteção de modo que cada ator não faça tanta
250força individualmente. Ela deixou essa frase porque é um testemunho nos relatos a expe-
251riência na prática, muitas vezes quando o fluxo, ou o mesmo não funciona, por vários



252 motivos, se coloca expectativas no atendimento do colega gera sofrimento. Coloca que
253 tem tudo para dar certo e cada um fazer seu papel para a rede fluir, então com relação as
254 falas todas que foram feitas dos serviços seria muito maravilhoso que tudo isso funcio-
255 nasse realmente na prática. Quando se recebe uma demanda de abuso sexual que é a nossa
256 angústia porque é uma das piores formas de violência e a gente começa com todo o pro-
257 cesso às vezes nós recebemos já está em andamento na delegacia. É o nosso dever acom-
258 panhar para que o atendimento seja garantido, mas às vezes a gente começa junto com a
259 família e percorre para fazer o atendimento na saúde, muitas vezes, vamos juntos para
260 garantir o direito da criança na própria delegacia, já presenciamos diversas formas de
261 tratamento, com as crianças, com os adultos, com a família nos estabelecimentos na saúde
262 ou na própria delegacia também. Gostaria de uma aproximação do CT com a delegada e
263 disse que tem tentado reunião do colegiado. Coloca que muitas vezes presencia algumas
264 coisas que não são legais, como a falta de acolhimento, a falta de humanização no aten-
265 dimento da criança, muitas vezes tem uma exposição. Ressaltou que acolhimento de cada
266 serviço é muito importante e fundamental para poder dar um mínimo de conforto para
267 uma criança que já está passando por uma situação difícil e em relação ao IML em Praia
268 Grande tem se discutido bastante nas comissões. Apontou que o atendimento de exame
269 de corpo delito dura um dia inteiro, os atendimentos demoram muito e muitas vezes não
270 se tem atendimento humanizado no IML infelizmente. E solicita que a rede que agilize as
271 coisas e trabalhar para melhorar a questão da burocracia dos encaminhamentos, do papel,
272 mas o quanto antes conseguir intervir, melhor para as crianças. Lembrou da Área Conti-
273 nental que é um local muito distante para famílias vulneráveis, lá em Caruara, Monte
274 Cabrão, tem muitos casos de violência sexual. A área Continental é algo também que a
275 gente precisa lembrar com carinho está discutindo com relação ao atendimento e atenção
276 deles. Trouxe informações do SIPIA, o sistema que tem que se colocar os dados seja de
277 abuso sexual qualquer outra violência, trabalham com ele também, porém necessita de
278 aperfeiçoamento para que os dados sejam mais fidedignos, sem contar as subnotificações,
279 que de uma maneira geral a pandemia trouxe mais violências para dentro das casas e tem
280 menos de notificações. Relatou a angústia da suspeita pois tem dificuldade de dar anda-
281 mento no atendimento, falou de reuniões mensais com o CREAS, muitas vezes não recebe
282 um relatório satisfatório ou da negativa do atendimento, por algum motivo, que demorou
283 muito tempo para receber o retorno. Falou ainda do afastamento do agressor, ou invés de
284 colocar em uma família extensiva, muito importante que possa discutir se alinhar, não
285 desistir, poder para que a criança tenha o mínimo de conforto, porque ela que é a vítima,
286 finalizou e abriu para perguntas. Houve algumas indagações repetitivas, quanto ao au-
287 mento da violência, e sobre a eficácia do atendimento pela rede e não só pela escola, na
288 questão da exploração sexual, Ângela relatou o trabalho da técnica do CREAS no territó-
289 rio da comunidade e também levar vários serviços para a discussão, para que não haja
290 sobreposição, falou do olhar em rede promovido pelo CMDCA. Falou do resgate das
291 reuniões de territórios onde os serviços se conversam, com todas as políticas e a popula-
292 ção também participava. Dr^a Flávia pontua como proceder e comunicar um crime, através



293de relato, sem temor, ou faça em colegiado ou comunique a CEVISS para dar prossegui-
294mento. Em relação aos conselheiros tutelares também há críticas e devem ser relatados,
295tem um órgão específico que a corregedoria para apurar a conduta do Conselho Tutelar.
296Que o Ministério Público em relação ao Conselho Tutelar, se existe parceria e escuta. Em
297relação ao Ministério Público tem uma certa aproximação de maneira coletiva e de ma-
298neira individual, particularmente acredita que tem mais proximidade de que antes, de
299qualquer maneira ainda precisamos caminhar bastante, falta de retorno do IML, falta re-
300torno do que está sendo feito. A Sr. ^a Flávia reforça a importância dos Conselheiros Tu-
301telares estarem nas comissões. A Sr. ^a Mayara compartilhou a necessidade de sair da ló-
302gica do individual e sim coletiva e do território e fazer um mapeamento da questão da
303exploração sexual, como se dá naquele local. Não se tem dados dos exploradores, tem
304pistas, mas não são suficientes para acolher as denúncias e sim na responsabilização das
305famílias, faltam equipamentos públicos, e condições básicas e ausências de renda, o tem
306outras políticas públicas. A Conselheira diz que são avaliados os indicadores da saúde
307tanto público como privado e que tem construído pontes com a questão básica no pronto
308atendimento, informa para averiguar, contudo a situação de violência sexual tem maior
309via por denuncia, demanda espontânea e escola ou ficha de notificação enviada pelo
310CREAS. A Sr. ^a Kelly fala da importância de se discutir território, e os apontamentos nas
311avaliações é a implantação do conselho gestor nos CREAS, para pensar na mediação co-
312munitária, novas práticas social e de comunicação, considerando que atende as violações
313juntos aos CRAS, pensar no desenvolvimento comunitário. O serviço faz reuniões men-
314sais com os Conselhos não só para notificações, mas como espaço de formação para a
315defesa de direitos, para ampliar a rede. Sobre dados de subnotificação que é um problema
316em vários municípios, trouxe um exemplo do URJ Rio de Janeiro, sobre a exploração e
317abuso sexual e abuso sexual, a partir de trabalho de iniciação científica fizeram um ma-
318peamento dos funks onde tinha mais concentração de notificação da saúde de exploração
319sexual infantil a partir dessa cartografia social, aconteceram reuniões de rede e acionado
320o sistema de segurança e de defesa da Criança e do Adolescente e feito reuniões de terri-
321tório com articulação da fiscalização para notificar os lugares com outras ações com
322famílias e trabalho de prevenção. Ela acredita que há caminhos dentro da assistência, um
323desafio da chefia dos serviços e da Coordenação para organizar e operacionalizar, estudos
324diagnósticos, trabalho em rede, além disso ele seja identidade do serviço e do município
325em qualquer tipo de violação de direito. Sobre como são avaliados indicadores da Saúde,
326a mesma aponta que a orientação é que seja estabelecido fluxo dentro do serviço público,
327para ter como fazer a relação de equipe e da discussão de casos, no privado é mais difícil,
328mas são solicitados relatórios, para aprimorar o atendimento. Acredita-se que o fluxo pre-
329cisa ser aprimorado, pensado e discutido, hoje é o PAIVAS e UBS. No planejamento há
330apontamentos de acesso as informações dos territórios mais afetados em saúde para tra-
331balhar os dados, e também precisa de aproximação com a COHAB, para pensar sanea-
332mento básico e insalubridade das moradias, acredita que está associado com a assistência,
333assim finaliza. A coordenadora da CEVISS convida a chefe do CREAS para participar
334do conselho. A Sr. ^a Rose pede a palavra e fala sobre a explanação sobre os indicadores



335de saúde e diz o que preocupa mais é que o CT seja mais notificado pelo pronto atendi-
336mento do que pela UBS, não está se fazendo a notificação? Diz ser importante fazer a
337educação permanente no território e vai fazer a articulação principalmente em áreas crí-
338ticas. Ressalta o trabalho da atenção básica, mas precisa de sensibilização do profissional,
339agente comunidade, para comunicar o CT, que não recebe essa informação. O conselho
340tutelar fala que sente falta de receber a ficha de notificação, recebe somente pelo CREAS
341e sente falta do envio dos outros serviços. A coordenadora da CEVISS agradece a parti-
342cipação de todos para a garantia de direitos e ressalta que a programação do evento segue
343e que tem sentido falta dos profissionais da assistência, da saúde e da educação. A coor-
344denadora da CM PETI faz o convite para a audiência pública na TV Câmara sobre vio-
345lência sexual dia 25 e dia 26 haverá GT da aprendizagem e também haverá reunião ex-
346traordinária dia 09/06. Edmir convida a todos no dia 27 para discutir PL da família aco-
347lhadora como uma porta para a adoção e pede a participação, depois vai socializar no
348grupo da CEVISS. A Sr.^a Kelly responde a mais uma pergunta sobre o CREAS ser porta
349aberta, há um fluxo estabelecido via SEDS, que vai olhar para o relatório e encaminhar
350dentro da rede e vai chegar no CREAS, quando há situações graves dentro da rede com
351relatório, se recebe e considerando de urgência e emergência e discute o caso. Diz que o
352fluxo SEDS para ter o controle do encaminhamento, o CREAS também trabalhar em
353plantão e faz atendimento e orientações das 9:00 as 15:00h.

354A Sr.^a Flávia pede no chat para registrar a ausência do Ministério Público, Saúde e Con-
355selhos Tutelares. A Sr.^a Aurora contribui no chat para se construir espaços para que os
356trabalhadores possam participar junto aos usuários. Finaliza com os agradecimentos da
357conselheira tutelar que representa o colegiado na comissão. A Sr.^a Christiane faz uma
358saudação a Raquel Rollemberg, que está participando, mesmo estando em tratamento.
359Cabe apontar que não houve aprovação da ata do mês de abril. Não houve encaminha-
360mentos e sim sugestões, segue: 1. Discutir a questão da exploração sexual a nível regional;
3612. Proximidade dos técnicos dos territórios para a discussão de casos e fluxos; 3. Proxi-
362midade entre colegiado do CT e a delegada da DDM; 4. Aproximação da Assistência
363Social e a COHAB; 5. Integrar o CT com a PSE/ Saúde da família.

364364

365 Christiane Andréa

Sandra Regina dos Santos

366 Coordenadora da CEVISS

Coordenadora da CM PETI

367

368

Nélia Meire Eleutério de Souza

369 Secretária da CEVISS

Secretária da CM PETI

370

371

LISTA DE PRESENÇA 21/05/2021

Simone Feitoza Silva	Seduc (Seja)
----------------------	--------------



Granero	
Susana Souza Rosário Nascimento	Seds/ NIA
Tatiana	Conselho Tutelar do Centro
Felipe Silva do Nascimento	CAMPS
Eloisa Veraldo	Espro
Rosemeiry de Lima Nemetz	SMS - SEVREST
KARINA BORTOLINI PASSARIN	Assistente Social - CIEE Centro de Integração Empresa Escola
kelly ferracini	CREAS ZL
Letícia Figueiredo	CTZN
Edmir Santos Nascimento	Pastoral do Menor - Diocese de Santos
Luciana Alves Silvestre dos Santos	Serviço Especializado de Abordagem Social Crianças e Adolescentes
Marina Carvalho Perez Peña	SEDS



COMISSÃO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL DE SANTOS
CEVISS

Decreto nº. 3.765 de 30 de Julho de 2001



Ana Carolina da Silva CostaEmilio	SESEG/ Guarda CivilMunicipal
Raquel RolembergSouza	CMDCA /Gota de Leite
Raquel Cuellardo Nascimento	ASPPE - Pesquisa, Prevenção e Educação
Sandra Santos	Gab. Vereador CacáTeixeira
Eliane deOliveira Pereira	-
Nélia MeireEleutério deSouza	Assistente social daFundação Settaport
Tania AparecidaSantiago	Senai Santos
Aurora FernandezRodriguez	Fórum de Trabalhadores/as doSUAS da Baixada Santista
Flávia Rios	OAB Santos
MAYARA DA SILVA CURCIO	CREAS ZNO